

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 92364/2025.

1. DO OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de dedetização para controle de pragas e vetores urbanos, desinsecação, desratização, higienização de caixas d'água e limpeza de fossas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Guapó - GO.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	MÉDIA POR ITEM	MÉDIA TOTAL
1	DEDETIZAÇÃO FEITA COM LIQUIDO PULVERIZADO E GEL CONTRA INSETOS RASTEIROS. C/ EMISSÃO DE LAUDO	UND	2884,3	R\$ 1,85	R\$ 5.326,41
2	DEDETIZAÇÃO FEITA COM NEBULIZADOR CONTRA INSETOS VOADORES E PEÇONHENTOS.C/ EMISSÃO DE LAUDO	UND	2884,3	R\$ 1,85	R\$ 5.326,41
3	DESRATIZAÇÃO FEITA COM ISCAS PARAFINADAS E PÓ.C/ EMISSÃO DE LAUDO	UND	2884,3	R\$ 1,64	R\$ 4.739,93

4	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DA CAIXA DE ÁGUA DE ATÉ 500 LITROS. C/ EMISSÃO DE LAUDO	UND	10	R\$ 529,92	R\$ 5.299,23
5	LIMPEZA DE FOSSA	UND	3	R\$ 2.393,76	R\$ 7.181,28
Valor Médio Total R\$ 27.873,27 (Vinte e sete mil oitocentos e setenta e três reais e vinte e sete centavos).					

VALOR MÉDIO GLOBAL: R\$ 27.873,27 (Vinte e sete mil oitocentos e setenta e três reais e vinte e sete centavos).

2. DA JUSTIFICATIVA

A presente contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **dedetização para controle de pragas e vetores urbanos, desinsecação, desratização, higienização de caixas d'água e limpeza de fossas**, visa atender às necessidades operacionais da **Secretaria Municipal de Saúde de Guapó - GO**, garantindo a salubridade, segurança e bem-estar tanto dos servidores públicos quanto da população usuária dos serviços de saúde.

1. Fundamentação Técnica

As unidades de saúde, por suas características, apresentam fluxo constante de pessoas, geração de resíduos, armazenamento de alimentos e ambientes propícios à proliferação de pragas urbanas, como baratas, mosquitos, formigas, ratos e outros vetores de doenças. Além disso, a manutenção e higienização periódica dos reservatórios de água são imprescindíveis para assegurar a qualidade da água consumida e utilizada nas atividades diárias.

O não controle eficaz desses agentes pode ocasionar riscos diretos à saúde pública, como a disseminação de doenças infectocontagiosas, zoonoses, e comprometer a segurança sanitária dos ambientes, contrariando os princípios de vigilância em saúde.

2. Fundamentação Legal e Normativa

A contratação está devidamente respaldada nas seguintes normativas e legislações vigentes:

◆ **Resolução RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009 – ANVISA**

- Estabelece o **Regulamento Técnico para a prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas**, definindo os requisitos sanitários para os serviços de controle químico, físico ou biológico, visando a proteção da saúde pública e do meio ambiente.

🔗 **Link:** <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-52-de-22-de-outubro-de-2009-12636659>

🔗 **Portal ANVISA:** <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/servicos-de-saude/pragas-urbanas>

◆ Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021 – Ministério da Saúde

- Estabelece os **padrões de qualidade da água potável para consumo humano**, bem como seu controle e vigilância, abrangendo a obrigatoriedade da limpeza e higienização periódica dos reservatórios de água.

🔗 **Link:** <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-888-de-4-de-maio-de-2021-316408388>

🔗 **Portal do Ministério da Saúde:** <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/agua-e-saude/legislacao>

◆ Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde

- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e funcionamento dos serviços correspondentes, sendo competência do poder público adotar medidas que visem a eliminação de riscos sanitários e a preservação da saúde coletiva.

🔗 **Link:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm

◆ Lei Estadual nº 18.884, de 21 de abril de 2015 – Estado de Goiás

- Dispõe sobre o **Código de Vigilância Sanitária e Ambiental do Estado de Goiás**, estabelecendo normas de prevenção, controle e fiscalização de riscos sanitários, incluindo o controle de vetores e pragas urbanas em ambientes públicos.

🔗 **Link:** https://www.gabinetecivil.go.gov.br/leis_ordinarias/2015/lei_18884.htm

◆ Normas Técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

- NBR 14675:2020 – Higienização de reservatórios de água potável — Procedimento
- NBR 13592:2020 – Controle de pragas urbanas — Procedimento

Estas normas estabelecem os requisitos técnicos, procedimentos e critérios para a adequada realização dos serviços de controle de pragas e higienização de reservatórios de água.

🔗 **Consulta pública das normas (resumo e status):** <https://www.abntcatalogo.com.br/>

3. Justificativa da Necessidade

A adoção de medidas preventivas e corretivas de controle de pragas e higienização de caixas d'água é imprescindível para:

- **Atender às exigências sanitárias** impostas pelos órgãos de vigilância;
- **Assegurar condições adequadas de saúde pública** nos ambientes vinculados à Secretaria

Municipal de Saúde;

- **Prevenir surtos de doenças**, como leptospirose, dengue, zika, chikungunya, salmonelose, entre outras;
- **Garantir a potabilidade da água** consumida pelos servidores e usuários dos serviços de saúde;
- **Atender aos princípios da administração pública**, especialmente os da eficiência, legalidade e proteção à saúde coletiva.

4. Conclusão

Diante do exposto, a contratação de empresa especializada se mostra medida **essencial, obrigatória e preventiva**, a fim de assegurar o cumprimento das normas sanitárias vigentes e proteger a saúde da população atendida pela Secretaria Municipal de Saúde de Guapó – GO. A não realização dos serviços representa risco sanitário, passível de autuação pelos órgãos de fiscalização, além de comprometer a segurança dos ambientes públicos de saúde.

3. DO ENQUADRAMENTO NA HIPÓTESE DE DISPENSA E REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

3.1. O serviço de que trata esta contratação está previsto no art. 75, inciso II, da Lei Federal n. 14.133/21, conforme demonstrado a seguir:

Art. 75. É dispensável a licitação:

- I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;
- II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

O Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, indica que:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 182 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DECRETA:

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.

[...]

Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

ANEXO

DISPOSITIVO	VALOR ATUALIZADO
Art. 75, caput , inciso I	R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos)

Art. 75, **caput**, inciso II

R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)

3.2. As habilitações jurídica, fiscal, social, trabalhista e capacidade técnica serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos e **deverá ser encaminhada concomitantemente com a proposta:**

- I- Contrato social acompanhando de cópia de documentos dos sócios, bem como a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- II- a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- III- a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- IV- a regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT).
- V- declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- VI- Prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a juntada de pesquisa realizada por meio da Certidão Correccional (CEIS/CNEP)
- VII- Prova do enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e da Lei Complementar Estadual nº 605, de 29 de agosto de 2018, quando couber.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. Os serviços serão de acordo com as necessidades da contratante, em no máximo 5 (cinco) dias após emissão da ordem de serviço.

4.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente em até 05 (cinco) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e documentos anexos ao processo.

4.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, devendo ser refeitos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

4.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, e consequente aceitação mediante termo de recebimento.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser precedida no prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato e deverá fornecer garantia da obra, especificamente para vícios que comprometam a solidez e segurança da estrutura, é de 5 anos, conforme o artigo 618 do Código Civil. Essa garantia é contada a partir da entrega da obra.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o serviço no prazo e condições estabelecidos no contrato e seus anexos.

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste termo e anexos, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

5.1.3. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja reparado ou corrigido.

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão especialmente designada.

5.1.5. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente a prestação de serviço do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e anexos.

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Prestar os serviços sempre que solicitados, em no máximo 5 (cinco) dias após a ordem serviço;

6.2. Manter no estabelecimento pessoal e equipamentos suficientes para o atendimento, bem como ter os produtos para lavagem e higienização adequada, sempre disponíveis;

6.3. Adotar medidas que disciplinem o trabalho, de forma a não ocasionar transtornos a terceiros.

6.4. Cumprir os prazos estabelecidos nas ordens de serviço.

6.5. Permitir e facilitar a inspeção da prestação do serviço, pela fiscalização da administração, sem se eximir de sua responsabilidade.

6.6. Participar à administração qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão a prestação do serviço, no todo ou em parte, indicando as medidas para corrigir a situação.

- 6.7. Respeitar e fazer respeitar, sob as penas da lei, as posturas e legislação municipais relativa à execução do serviço em locais públicos.
- 6.8. Não ceder o contrato ou subcontratar a prestação do serviço, total ou parcialmente, sem prévia autorização da administração, através do qual se mantenha a integral responsabilidade da CONTRATADA pela execução satisfatória dos serviços correspondentes.
- 6.9. A responsabilidade exclusiva por danos causados à administração ou a terceiros, inclusive por qualquer de seus empregados ou prepostos.
- 6.10. O pagamento regular de todos os tributos que incidirem sobre o contrato ou atividades que constituam seu objeto e o cumprimento de todas as obrigações impostas pela legislação trabalhista e previdenciária pertinentes ao pessoal contratado para a execução da prestação de serviços.
- 6.11. Manter-se durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, considerando todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência;
- 6.12. Cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares relativas à segurança e medicina do trabalho.
- 6.13. É de responsabilidade da CONTRATADA arcar com todas as despesas de transporte, alimentação e hospedagem, ou outras despesas decorrentes da prestação de serviços, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer pagamento nesse sentido.
- 6.14. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.15. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item não transfere à administração pública a responsabilidade por seu pagamento.

7. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 7.1. Nos termos do art. 117, e seus parágrafos, da Lei Federal n. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal n. 14.133/2021.
- 7.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando o que for necessário à regularização das falhas

ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8. DO PAGAMENTO

8.1. As regras para pagamento serão as estipuladas a partir do art. 141 ao 146 da Lei Federal n. 14.133/2021, desde que observados os seguintes requisitos:

8.1.1. Apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada; da prova de regularidade relativa à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela justiça do trabalho.

8.1.2. Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

8.1.3. A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência, na Nota de Empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à Contratada e nesse caso o prazo para o pagamento será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

8.2. O pagamento somente será realizado após o recebimento definitivo do objeto, nas quantidades específicas referentes às ordens de serviço.

8.3. Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal que, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 30 (trinta) dias, para cada exercício, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

8.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento será suspenso até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do CONTRATANTE.

8.5. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retidos na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar 123/2006.

8.6. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA, caso os serviços fornecidos sejam rejeitados pela fiscalização do contrato; circunstância em que deverão ser substituídos pela CONTRATADA de modo a obter a aprovação da fiscalização.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A despesa para o exercício atual ocorrerá conforme a seguinte dotação orçamentária: 06.04.10.302.0007.2.034.3.3.90.39.78. Fonte- 102.000

10. PENALIDADES

10.1. O descumprimento de qualquer exigência deste Termo de Referência implicará na aplicação das sanções descritas nos art. 155 da Lei Federal n. 14.133/2021.

10.2. A Contratada que não cumprir integralmente as obrigações contratuais assumidas, garantida a prévia defesa, estará sujeitas sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n. 14.133/2021.

11. CONTRATAÇÃO DE ME/EPP

11.1. Fica assegurado, nos termos da Lei Complementar 123/2006, que regulamenta a regulamentação o tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

12. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

12.1. No caso do presente processo não se vislumbra ganho em termos de competitividade do certame caso seja permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, pois existem inúmeros fornecedores que possuem capacidade para fornecer individualmente todo o objeto descrito neste Termo de Referência.

12.2. Não há escassez de empresas que forneçam os serviços objeto do certame, tampouco é gravado de complexidade que torne problemática a competição, sendo desnecessário o consórcio entre empresas, fato que poderia ainda prejudicar a conquista da conjugação do menor preço e do melhor serviço, assim como dificultar a fiscalização, cobrança e execução contratual. Portanto, não será permitida a participação de consórcios.

13. DESEMBOLSO

13.1 O desembolso será realizado após o recebimento definitivo pelo Departamento de Compras com verificação da eficiência do serviço.

14. DA VIGÊNCIA E REAJUSTE

14.1. A vigência da contratação será de 90 (noventa) dias a partir da assinatura do contrato, ou até que se encerrem os itens listados, podendo ser prorrogada, na forma legal, desde que observados os limites de valor da contratação ao disposto no art. 75, inc. II, da Lei Federal n. 14.133/21.

14.2. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de doze meses contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.3. Ultrapassado o prazo de que trata o item anterior, o contrato poderá ser reajustado pelo índice IPCA, desde que observados os limites de valor da contratação ao disposto no art. 75, inc. II, da Lei Federal n. 14.133/21.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1. O objeto da presente contratação não gera obrigações posteriores para a contratada, bem como a possibilidade de ocorrência de prejuízos financeiros inerentes à execução do contrato sendo pouco significava.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

O custo da contratação está sendo estimado no valor de R\$ 27.873,27 (Vinte e sete mil oitocentos e setenta e três reais e vinte e sete centavos), decorrente da média dos valores obtidos.

17. DA CONTRATAÇÃO DIRETA

17.1. O presente caso é de Dispensa de Licitação, conforme art. 75, inciso II, da Lei Federal n. 14.133/21, e Decreto n. 245/2025, onde fica discricionário ao Município quando não houver fornecedor/prestador cadastrado no banco de dados do Município para busca do melhor preço na contratação, o procedimento para dispensa de licitação será dispensado do disposto no art. 75, §3º, da Lei Federal n. 14.133/21.

18. APROVAÇÃO

18.1. O presente Termo de Referência foi consolidado a partir de informações apuradas pelo Departamento de Compras, em harmonia com a legislação de referência, quando verificou-se a viabilidade da contratação.

Guapó/GO, 05 de novembro de 2025



ANA CAROLINA SANTOS
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUAPÓ